

Hora de desocupar APPs

HELENA MADER

DA EQUIPE DO CORREIO

Seis meses depois do embargo da construção do sistema de abastecimento de água de Vicente Pires, as obras serão retomadas. Para conseguir autorização e concluir a rede, o Governo do Distrito Federal terá de apresentar em 30 dias um cronograma de derrubada de casas em Área de Preservação Permanente (APP). A decisão faz parte de um Termo de Ajustamento de Conduta, assinado na última segunda-feira pelo Ministério Público Federal, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e governo local. Se os fiscais começarem o trabalho de desocupação das áreas de proteção, a Companhia de Saneamento Ambiental de Brasília (Caesb) poderá terminar o sistema, que levará água encanada a 45 mil moradores do Setor Habitacional.

Esse é o segundo termo de ajustamento assinado para resolver o problema de abastecimento em Vicente Pires. Em setembro de 2005, o GDF firmou acordo com o Ibama para a liberação da licença ambiental da obra (leia Memória). O órgão condicionou a emissão do licenciamento ao

OBRA NO LAGO INTERROMPIDA

O Siv-Solo derrubou ontem a obra de uma casa, com mais de 100 metros quadrados de área construída, três quartos e duas suítes. A operação contou com quase 50 pessoas. A casa ficava próxima ao Ribeirão do Torto, em uma área da Terracap, entre o Varjão e o Lago Norte. Ao final da operação, o dono da casa apresentou uma liminar judicial, alegando que o imóvel era regular. Mas a Procuradoria do GDF informou que a liminar estava cassada e a derrubada foi legal. Três barracos na região também acabaram demolidos. No fim da tarde, a Subsecretaria de Fiscalização do GDF (Sufis) derrubou a Igreja Batista Gera Vida, que foi erguida em área pública no Riacho Fundo I.

cumprimento de um cronograma de derrubadas. O governo local teria que demolir, em um ano, as 549 edificações em APP. Mas quando o prazo expirou, em setembro do ano passado, apenas 30 casas haviam sido retiradas. O Ibama considerou que o GDF havia descumprido o TAC e ameaçou paralisar as obras do sistema de água. O governo local ainda apresentou novos cronogramas de derrubadas para tentar negociar, mas não deu certo: a construção da rede foi suspensa em 26 de setembro de 2006.

Desde então, o Buriti negocia saídas legais para o problema, que prejudica toda a população de Vicente Pires. Sem abastecimento, os moradores recorrem aos poços artesanais, que se multiplicaram na região. O excesso de perfurações esgotou e poluiu o lençol freático. Em vários condomínios, já não há mais água nos poços ou ela está contaminada. Por isso a urgência de construir o sistema de abastecimento e acabar de uma vez com a retirada de água do lençol freático.

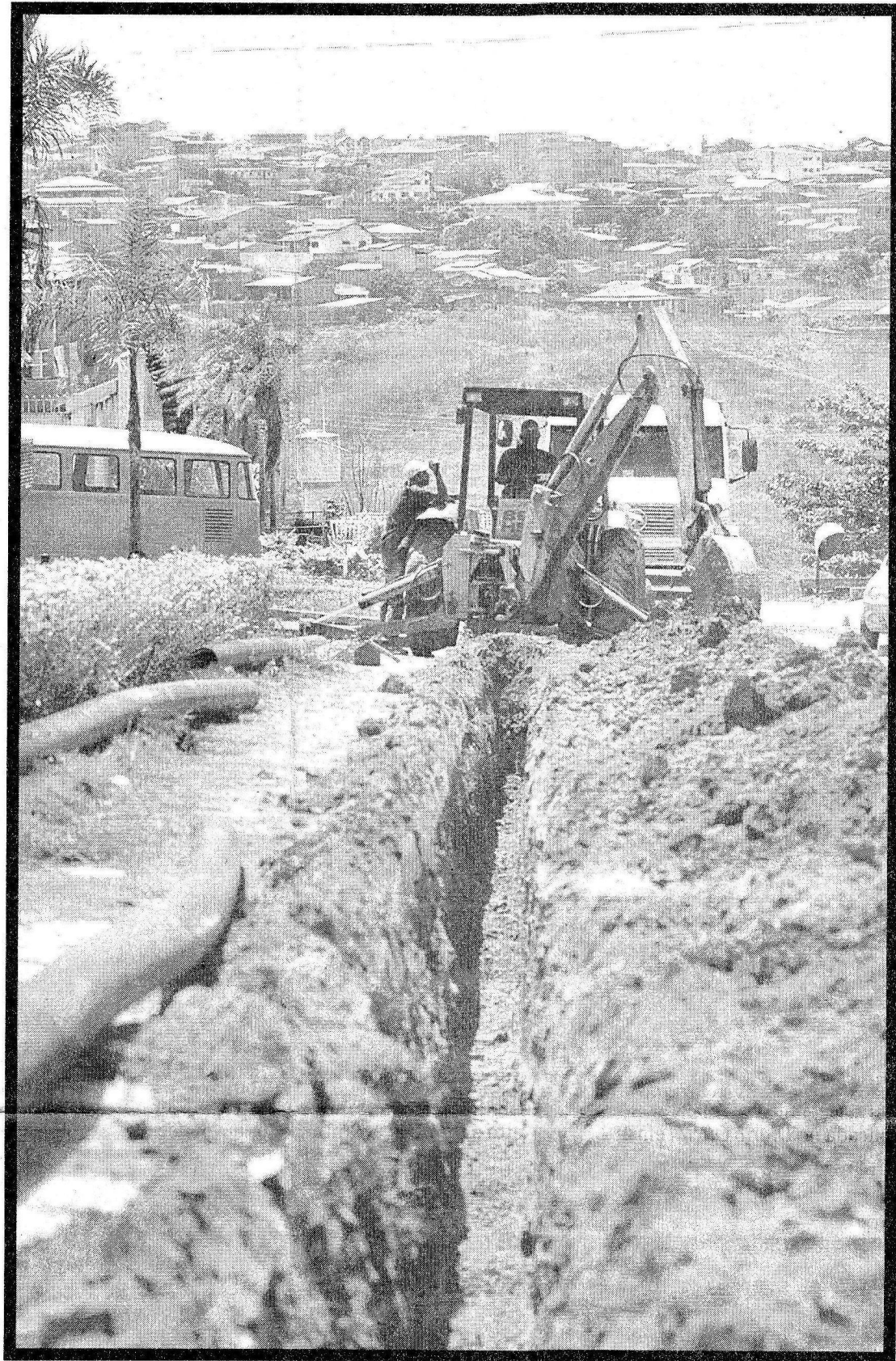
O superintendente regional do Ibama, Francisco Palhares, explica que o novo TAC mantém a exigência de desocupação de todas as casas em APP. "Demos um prazo de um ano para as derrubadas. Com o termo, o governo poderá concluir a construção da rede de abastecimento de água", ressalta Palhares. Outra exigência do novo TAC é que o governo invista em cursos de educação ambiental para a população da área.

Obra pela metade

Mais da metade das obras estão prontas e as construções consumiram R\$ 45 milhões. O sistema de adutoras, de 31km, foram concluídos. Também estão prontos 162km dos 370km que formarão a rede. Os dois reservatórios de água terão capacidade para armazenar 12 milhões de litros de água. "Aguardamos só a liberação do Ibama para concluirmos o sistema", explica o secretário de Obras, Márcio Machado. O TAC determina ainda que nenhuma casa erguida em APP receba o sistema de água da Caesb.

O presidente da Associação dos Moradores de Vicente Pires, Dirsomar Chaves, reclama que a população não foi ouvida na assinatura do novo TAC. Ele desconhece o conteúdo do acordo, mas teme que ele signifique a retomada de demolições. "Vamos continuar apelando para que seja levado em consideração o prazo de desocupação do Eia-Rima (Estudo e Relatório de Impacto Ambiental), que é de

Kleber Lima/CB - 26/9/06



OPERÁRIOS FIZERAM MAIS DA METADE DAS OBRAS DA REDE DE ABASTECIMENTO: R\$ 45 MILHÕES INVESTIDOS

três anos", comenta Dirsomar.

A cada ameaça de derrubadas em APP, os moradores fazem barricadas para evitar a entrada de fiscais. Na área próxima ao Jôquei Clube, onde está grande parte das obras em área de preservação, a comunidade está permanentemente em alerta: a cada sinal de demolição, a população bloqueia a passagem das forças policiais. Em outubro de 2006, uma moradora ameaçou incendiar a casa e conseguiu parar as

ações. No ano passado, o Sistema Integrado de Vigilância e Conservação de Mananciais (Siv-Água) organizou demolições, mas na maioria dos casos foram derrubados apenas muros, grades, galinheiros e cercas.

O subsecretário de Vigilância do Uso do Solo, tenente-coronel Djalma Lins, garante que o cronograma de derrubadas já está quase pronto. "A retirada de casas em APP começa semana que vem. Há cerca de 570 edificações nes-

sas condições e elas serão removidas no prazo devido", garante.

A legislação ambiental proíbe qualquer construção na faixa de 30m das margens de córregos. A lei também proíbe qualquer tipo de edificação sobre o solo de vereda, que é encharcado e se comunica diretamente com o lençol freático. A construção irregular nessas áreas é crime ambiental e os responsáveis podem ser condenados a até cinco anos de detenção.

MEMÓRIA

Março de 2005

Estudos da Caesb apontaram que o lençol freático do Setor Habitacional Vicente Pires estava contaminado por coliformes fecais.

22 de Setembro de 2005

Preocupado com a saúde dos 45 mil moradores da região, o GDF firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ibama e o Ministério Público Federal. O TAC permitiu a liberação emergencial das licenças ambientais para a instalação da rede de água. Mas determinou a demolição, em 12 meses, de todas as edificações em Áreas de Proteção Permanente (APPs) no setor habitacional.

27 de abril de 2006

O Siv-Água concluiu a demarcação das edificações que estavam em APPs e o levantamento de todas as construções que deveriam ser demolidas. Na época, eram 549, sendo 384 casas em diferentes estágios de construção.

18 de julho de 2006

O Ibama começou a expedir as notificações para os moradores abandonarem, em 30 dias, as residências.

20 de julho de 2006

A procuradora da República no DF, Ana Paula Mantovani, recomendou ao Ibama a reavaliação da licença ambiental concedida para o início das obras do sistema de abastecimento. Segundo ela, o GDF não havia cumprido o TAC.

24 de julho de 2006

O Ibama deu prazo de cinco dias para o GDF apresentar novo cronograma de derrubadas. Caso contrário, suspenderia a licença para a instalação da rede de água. Até então, apenas 12 edificações haviam sido derrubadas.

25 de julho de 2006

O Siv-Água pediu mais tempo para efetuar as derrubadas. O órgão reconheceu que não poderia cumprir o TAC até setembro e pediu extensão do prazo até abril do ano seguinte.

De 26 de julho a 20 de setembro de 2006

Sem ter recebido resposta do Ibama ou do MPF, o GDF elaborou novo cronograma e anunciou a retomada das demolições. As operações continuaram a ser feitas, mas em ritmo lento. Pouco mais de 10 edificações foram demolidas nesse período.

22 de setembro de 2006

No dia em que o TAC venceu, o Ibama anunciou que embargaria as obras da rede de água. Três dias depois, o órgão mandou a Caesb suspender a construção, que está parada desde então.

10 de novembro de 2006

O Siv-Água retomou as operações nas APPs de Vicente Pires. Mas nenhuma casa habitada foi demolida, apenas construções, muros, cercas, depósitos e canis.

10 de março de 2007

Ministério Público Federal, Ibama e GDF assinam um novo TAC, que autoriza a retomada da construção da rede de água, com a condição de que o governo apresente um cronograma de derrubadas.